

## Lei natural – Ibsen Noronha – 2024

1. A aceção de Lei Natural pode ser vislumbrada na Filosofia Grega, no Direito Romano, assim como na Revelação Cristã. Desta tríade ressalta o fundamento cultural da chamada Civilização Cristã.

No mundo grego a Lei Natural prevalece claramente sobre a vontade humana. Aquilo que é por natureza – *phýsis* – não se submete à volição. A natureza é princípio e causa de tudo o que existe, sendo ainda o princípio e o fim do movimento. A realização plena do ser humano na sociedade vincula-se à concepção do Homem como ser político, e sua plena realização está condicionada à própria natureza que o engendra, ou seja, à sociabilidade, à politicidade, à autoridade, ao relacionamento. Reger-se sob o signo da sua própria natureza indica estar sob o governo da razão, o que se traduz no âmbito social como estar sob o governo das leis, que devem ser a razão sem paixão.

Dentre as virtudes romanas pode-se ressaltar o amor pela ordem jurídica, tendo sido o *ius romanum* a criação mais nobre do espírito romano. E o pensamento grego em muito contribuiu para o florescimento da *lurisprudencia*. O estoicismo afirmou que a ordem racional do universo dirige tanto a vida do Homem quanto da comunidade. A Justiça será, então, a própria ação divina sobre a comunidade. A lei que se inspira na razão divina é a lei natural da comunidade humana. A máxima expressão desta lei foi formulada por Cícero:

*A verdadeira lei é a reta razão em harmonia com a natureza, difundida em todos os seres, imutável e sempiterna, que, ordenando, nos chama a cumprir o nosso dever, e, proibindo, nos aparta da injustiça... Não é justo alterar esta lei, nem é lícito derogá-la em parte, nem abrogá-la em seu todo. Não podemos ser dispensados da sua obediência, nem pelo Senado, nem pelo povo... Quem não obedece esta lei foge de si mesmo e nega a natureza humana, e, por isso mesmo, sofrerá as maiores penas ainda que tenha escapado das outras que consideramos suplício (De republica, III, 22).*

Uma passagem paulina fundou a concepção cristã de Lei Natural. O apóstolo teve eminente importância para a cultura do Ocidente. Sendo Doutor da Lei, possuía profundos e sólidos conhecimentos das *Escrituras*. Também era cidadão romano e conhecia bem o grego. Sua elevada cultura e actividade deu forma a uma cultura cristã com raízes profundas. Uma passagem da *Epístola aos Romanos* (II, 14-16) foi considerada fundamento transcendente do Direito Natural Cristão:

*Quando então os gentios, não tendo Lei, fazem naturalmente o que é prescrito pela Lei, eles, não tendo Lei, para si mesmos são Lei; eles mostram que a obra da Lei gravada nos seus corações,*

*dando disso testemunho sua consciência, e seus pensamentos, que alternadamente se acusam ou defendem.*

2. O tomismo (Para as concepções tomistas ver as 66 questões, LVII-XCCII dedicadas à Justiça na Segunda Parte da *Summa*) irá consagrar a concepção tradicional de lei Natural: participação da *Lex Aeterna* pela criatura racional. E na disposição hierárquica apresentada pelo Aquinate existe ainda a *Lex Humanae*, definida como uma ordem constituída pela razão em vista do bem comum, promulgada por aquele que governa uma comunidade. Evidente é que uma lei humana que se oponha à lei natural não será verdadeira lei, mas, isto sim, *corruptio legis*.

#### Referências bibliográficas:

- IBSEN NORONHA, *Lições de História da Cultura Jurídica*, Caminhos Romanos, Coimbra, 2024.
- SANTO TOMÁS de AQUINO, *Tratado da Lei*, Resjuridica, Porto, 1992.
- WILSON COIMBRA LENKE, *A Lei e sua ordem a Deus segundo Santo Tomás de Aquino*, Contra Errores, São Paulo, 2024.